PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO

CLÁUDIA GISELE SANTOS TOLEDO

PLANO DE GESTÃO ESCOLAR 2027–2029: Gestão que acolhe, aprende, participa, inova e transforma

RODEIO
2026

CLÁUDIA GISELE SANTOS TOLEDO

PLANO DE GESTÃO ESCOLAR 2027–2029: Gestão que acolhe, aprende, participa, inova e transforma

Plano de Gestão Escolar apresentado ao Processo de Qualificação – Diretor de Creche/Escola, regido pelo Edital SEMED nº 04/2026, da Secretaria Municipal de Educação de Rodeio, para a Escola Básica Municipal São Francisco.

RODEIO
2026

SUMÁRIO

1 DADOS DA ESCOLA 4
2 FORMAÇÃO CONTINUADA EM GESTÃO ESCOLAR (PROPONENTE) 5
3 FORMAÇÃO ACADÊMICA 6
4 PLANO DE GESTÃO 7
4.1 Título 7
4.2 Introdução 7
4.3 Objetivo geral 8
5 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA 9
5.1 Introdução 9
5.2 Dimensão Socioeconômica 9
5.3 Dimensão Política-institucional 10
5.4 Dimensão Pedagógica 11
5.5 Dimensão Administrativa 13
5.6 Dimensão Financeira 14
5.7 Dimensão Física 15
5.8 Outras considerações 15
6 METAS 16
7 AÇÕES PARA CADA META 17
7.1 Meta 1 – Fortalecer a gestão democrática e a participação institucional 17
7.2 Meta 2 – Fortalecer o monitoramento das aprendizagens 18
7.3 Meta 3 – Fortalecer a alfabetização, a leitura, a escrita e a matemática 18
7.4 Meta 4 – Fortalecer a educação inclusiva, o acompanhamento pelo PEI/PDI e a organização de estruturas e ambientes pedagógicos adaptáveis 19
7.5 Meta 5 – Fortalecer a parceria entre escola e família 20
7.6 Meta 6 – Promover a cultura de paz e prevenir o bullying 20
7.7 Meta 7 – Ampliar o protagonismo estudantil e a cidadania 21
7.8 Meta 8 – Fortalecer a investigação científica, a leitura, a cultura, a arte e o esporte 22
7.9 Meta 9 – Integrar a educação digital e o pensamento computacional às práticas pedagógicas de maneira interdisciplinar 23
7.10 Meta 10 – Fortalecer o trabalho coletivo, os grupos de estudos e a valorização dos profissionais da unidade escolar 24

7.11 Meta 11 – Aprimorar a organização administrativa e os fluxos de comunicação 25
7.12 Meta 12 – Fortalecer o planejamento financeiro e a transparência 26
7.13 Meta 13 – Organizar e qualificar ambientes e materiais para o trabalho escolar 27
7.14 Meta 14 – Fortalecer a sustentabilidade e a educação ambiental com uso do bosque 28
7.15 Meta 15 – Valorizar a diversidade, as relações étnico-raciais e a identidade local 29
7.16 Meta 16 – Fortalecer a segurança e a proteção da comunidade escolar 29
7.17 Meta 17 – Acompanhar a implementação do projeto de cobertura da quadra de atividades ao ar livre 30
7.18 Meta 18 – Promover a acessibilidade arquitetônica e eliminar barreiras físicas no ambiente escolar 31
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 32
REFERÊNCIAS 33

1 DADOS DA ESCOLA

O Quadro 1 apresenta os dados de identificação da Escola Básica Municipal São Francisco, organizados conforme o modelo do Anexo III do Edital SEMED nº 04/2026.

Quadro 1 – Dados da escola

Nome da Escola: ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO			
Regional: CRE TIMBÓ SC			
Município: RODEIO			Número: 150
Endereço: Rua Madre Maria Avosani			CEP: 89136-000
Bairro: RODEIO 50			
Telefone: (47) 3384-0776			
Áreas de Ensino: Ensino Fundamental – Anos Iniciais			
Educação Infantil	**Ensino Fundamental I**		**Ensino Fundamental II**
Nº TURMAS	**Nº TURMAS**		**Nº TURMAS**
0	08		0
Nº DE ALUNOS	**Nº DE ALUNOS**		**Nº DE ALUNOS**
0	171		0
Total de Servidores: 28 servidores			
Professores Efetivos	**Professor ACT**	**Administração Escola**	**Assistente Técnico Pedagógico**
08	09	01	01
Coordenador	**Merendeira**	**Assistente de Educação**	**Serviços Gerais**
01	01	04	03

Fonte: Levantamento institucional da Escola Básica Municipal São Francisco (2026).

2 FORMAÇÃO CONTINUADA EM GESTÃO ESCOLAR (PROPONENTE)

O Quadro 2 apresenta a formação continuada da proponente em gestão escolar.

Quadro 2 – Formação continuada em gestão escolar da proponente

Nome do Curso	Especialização lato sensu em Gestão Escolar
Carga Horária	1000 horas
Conclusão	Curso em andamento (início em 27/07/2026), conforme documentação apresentada na inscrição
Certificado	Declaração da instituição de ensino (Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI), com grade do curso e prazo de conclusão

4 PLANO DE GESTÃO

4.1 Título

Gestão que acolhe, aprende, participa, inova e transforma.

4.2 Introdução

O Plano de Gestão Escolar 2027–2029 da Escola Básica Municipal São Francisco constitui uma proposta institucional de organização, acompanhamento e aprimoramento dos processos pedagógicos, administrativos, financeiros e democráticos. Fundamenta-se no direito à educação pública de qualidade, na equidade, na gestão democrática, no diálogo e na valorização dos estudantes, dos profissionais e das famílias (Brasil, 1988, 1996). A proposta considera o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense, as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), o Sistema Municipal de Ensino e a legislação educacional (Brasil, 2018b; Escola Básica Municipal São Francisco, 2025; Rodeio, 2014; Santa Catarina, 2019). Sua estrutura segue o modelo do Anexo III do Edital SEMED nº 04/2026 (Rodeio, 2026).

A história da instituição integra a identidade deste Plano. Fundada em 17 de fevereiro de 1954, inicialmente como Escola Mista Municipal São Francisco, a unidade surgiu da mobilização comunitária no bairro Gávea. Em 5 de novembro de 1972, foi inaugurada sua sede de alvenaria. Após os danos decorrentes das chuvas intensas de janeiro de 2023, as turmas dos anos iniciais passaram a funcionar, em 24 de abril de 2023, nas dependências da E.B.M. Santo Antônio. Em 2024, a escola celebrou seus 70 anos de história. Posteriormente, passou a utilizar instalações no bairro Rodeio 50, no espaço anteriormente ocupado pela Escola Estadual Madre Maria Avosani. O PPP registra o desejo da comunidade pelo retorno ao bairro Gávea e a previsão de uma nova sede, cuja situação e cronograma dependem de confirmação pelos órgãos responsáveis.

A proposta reconhece as conquistas coletivas construídas ao longo dessa trajetória e articula cinco compromissos institucionais: acolhimento, aprendizagem, participação, inovação responsável e melhoria das condições de ensino e convivência.

3 FORMAÇÃO ACADÊMICA

Os Quadros 3 a 6 apresentam a formação acadêmica da proponente.

Quadro 3 – Formação acadêmica da proponente: graduação em Pedagogia

Nível	Graduação – Licenciatura
Curso	Pedagogia
Outro	
Instituição	Universidade do Estado de Santa Catarina
Outra	UDESC/EAD
Início	2002
Conclusão	2006

Quadro 4 – Formação acadêmica da proponente: especialização em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Inclusiva

Nível	Especialização lato sensu
Curso	Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Inclusiva (360 horas)
Outro	
Instituição	Faculdade de Educação de Joinville
Outra	
Início	2007
Conclusão	2007

Quadro 5 – Formação acadêmica da proponente: especialização em Psicopedagogia em TEA

Nível	Especialização lato sensu
Curso	Psicopedagogia em Transtorno do Espectro Autista (TEA) (750 horas)
Outro	
Instituição	Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo
Outra	FAMEESP
Início	2024
Conclusão	2025

Quadro 6 – Formação acadêmica da proponente: magistério

Nível	Magistério (ensino médio)
Curso	Magistério de 1º Grau
Outro	
Instituição	Escola Estadual Professor David Procópio de 1º e 2º Grau
Outra	Ervália – Minas Gerais
Início	1994
Conclusão	1997

Em diálogo com Freire (1996), Paro (2016), Veiga (1995) e Vygotsky (1991), valoriza os saberes dos estudantes, a participação comunitária, a elaboração coletiva do PPP e o caráter social e mediado da aprendizagem.

4.3 Objetivo geral

Promover, no período de 2027 a 2029, uma gestão escolar democrática, participativa, inclusiva e responsável, orientada à garantia da aprendizagem e da permanência dos estudantes, à valorização dos profissionais, à cooperação com as famílias e ao acompanhamento transparente dos processos pedagógicos, administrativos, financeiros e institucionais da Escola Básica Municipal São Francisco.

5 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

5.1 Introdução

O Plano de Gestão Escolar 2027–2029 da Escola Básica Municipal São Francisco constitui um instrumento de planejamento e organização dos processos pedagógicos, administrativos, financeiros e institucionais, fundamentado nos princípios da gestão democrática, participativa e comprometida com a qualidade da educação. Sua elaboração considera a trajetória histórica da instituição, as características da comunidade escolar e as necessidades identificadas em seu contexto educativo.

O diagnóstico institucional apresenta uma análise da realidade escolar, contemplando as dimensões socioeconômica, político-institucional, pedagógica, administrativa, financeira e física. Essa análise permite reconhecer as potencialidades e os desafios da instituição, oferecendo subsídios para a definição de metas, estratégias e ações coerentes com suas necessidades.

O Plano está alinhado ao Projeto Político-Pedagógico (PPP), às diretrizes da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (CBTC). Considera, ainda, a participação dos profissionais, estudantes e famílias como elemento fundamental para o fortalecimento da gestão democrática e da corresponsabilidade no processo educativo.

Dessa forma, o diagnóstico constitui uma referência para o planejamento institucional, respeitando as especificidades da comunidade escolar e o compromisso com a inclusão, a equidade, a permanência e o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

5.2 Dimensão Socioeconômica

A Escola Básica Municipal São Francisco atende estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Segundo levantamento institucional de 2026, são 171 estudantes distribuídos em oito turmas, em comparação com seis turmas e 139 estudantes registrados no PPP como dados de 2024. A escola reúne famílias das localidades de Diamantina, Gávea e Rodeio 50, abrangendo diferentes experiências,

condições de vida e relações de pertencimento ao município. A capacidade de atendimento está condicionada ao número de salas disponíveis nas instalações provisórias, descritas na Dimensão Física.

O PPP descreve vínculos históricos com a imigração italiana e registra a presença de famílias provenientes de outras regiões e países, inclusive da Venezuela, em decorrência de oportunidades de trabalho. O documento institucional menciona, uma família vinculada ao Programa Bolsa Família e outra beneficiada com apoio alimentar do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Tais registros são históricos e não representam necessariamente a condição socioeconômica da comunidade em 2026. A caracterização da realidade familiar requer tratamento ético e sigiloso, respeito aos conhecimentos e às vivências de cada grupo e atenção aos fatores que interferem nas condições de acesso, frequência e aprendizagem, em consonância com Freire (1996).

5.3 Dimensão Político-institucional

A instituição apresenta trajetória de participação comunitária, demonstrada em sua fundação, nas iniciativas das famílias e na preservação de sua identidade histórica. O PPP registra sua construção a partir de referências institucionais da SEMED e da coordenação pedagógica, com a participação de profissionais e estudantes em reuniões pedagógicas. O documento reconhece a necessidade de revisão periódica e construção coletiva. O Conselho Escolar e a Associação de Pais e Professores (APP) constituem espaços de representação institucional, conforme suas atribuições; os registros examinados não permitem confirmar a existência de grêmio estudantil formalmente constituído.

A convivência entre escola, profissionais, famílias e estudantes envolve reuniões, atendimentos, comunicados e momentos de participação nas atividades institucionais. A divulgação de informações sobre o cotidiano escolar e as intercorrências deve observar a privacidade e a proteção dos dados pessoais. A definição de prioridades e a prestação de contas relacionam-se à atuação das instâncias responsáveis, especialmente da APP, e às regras de aplicação de cada fonte de recursos. A articulação com a SEMED, o CRAS, os serviços de saúde, o Conselho Tutelar e demais órgãos da rede de proteção é relevante nos casos que demandam encaminhamento intersetorial, em consonância com o Estatuto da Criança

e do Adolescente (Brasil, 1990); a periodicidade e a formalização das parcerias devem ser verificadas nos registros escolares.

O acompanhamento da frequência, dos avanços e das dificuldades de aprendizagem envolve registros docentes, contato com responsáveis e instâncias pedagógicas. Os documentos consultados indicam a importância desses procedimentos, mas não permitem atestar uniformidade de sua realização em todas as turmas. A escuta dos estudantes, adequada às faixas etárias, e a participação de famílias e profissionais nas decisões representam dimensões a serem observadas na avaliação da gestão democrática.

5.4 Dimensão Pedagógica

O PPP apresenta uma proposta de ensino vinculada à função social da escola, à contextualização dos conteúdos, à interação e à mediação docente, com referências a Wallon e à perspectiva histórico-cultural. A organização curricular considera os conhecimentos dos estudantes, a matriz curricular e as habilidades previstas para cada ano. Essa orientação deve ser lida em articulação com a BNCC e com o Currículo Base do Território Catarinense, que abrangem as áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso, respeitadas a organização da rede e as especificidades dos anos iniciais.

A avaliação da aprendizagem é descrita no PPP como processual e vinculada ao acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes. Os registros pedagógicos, as atividades diversificadas, a recuperação paralela e os Conselhos de Classe compõem referências para a análise das aprendizagens. Entre os desafios a observar estão o desenvolvimento da leitura, da escrita, da alfabetização matemática, da resolução de problemas e o atendimento às diferentes necessidades educacionais. Os dados disponíveis não permitem quantificar todas as defasagens por turma, sendo indispensável considerar evidências diagnósticas e resultados sistematizados pela escola.

A Escola Básica Municipal São Francisco permaneceu, durante alguns anos, sem ofertar turmas de 5º ano do Ensino Fundamental, condição que impossibilitou sua participação no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) nessa etapa de ensino. Com a retomada da oferta do 5º ano, a participação dos estudantes no Saeb de 2025 representou um momento significativo para a instituição, possibilitando a

obtenção de informações sobre o desenvolvimento das aprendizagens, especialmente em Língua Portuguesa e Matemática.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), calculado a partir dos resultados de desempenho no Saeb e dos indicadores de fluxo escolar, constitui uma importante referência para a análise da qualidade da educação. Entretanto, sua interpretação deve considerar também as avaliações diagnósticas e formativas, os registros pedagógicos, as especificidades dos estudantes e as condições de ensino e aprendizagem. Dessa forma, a análise conjunta desses elementos permite uma compreensão mais ampla da realidade educacional da instituição, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico (PPP), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense.

Em 2026, a Secretaria Municipal de Educação de Rodeio (SEMED) iniciou a implantação do Sistema de Ensino SIM, da FTD, nas turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, com previsão de ampliação para as turmas do 1º ao 5º ano em 2027, conforme orientações da rede municipal. O material didático constitui um recurso complementar ao processo de ensino e aprendizagem, devendo estar articulado ao Projeto Político-Pedagógico (PPP), à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Currículo Base do Território Catarinense (CBTC), respeitando a autonomia pedagógica dos professores, os projetos desenvolvidos pela instituição e as necessidades educacionais dos estudantes. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), as adaptações pedagógicas e o trabalho colaborativo entre docentes, equipe pedagógica e famílias contribuem para a promoção de práticas inclusivas e para o reconhecimento dos diferentes ritmos e possibilidades de aprendizagem, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015a).

Quanto ao direito à educação com equidade, a diversidade sociocultural da comunidade escolar, que reúne descendentes de imigrantes italianos e famílias provenientes de outras regiões e países, orienta o trabalho com as relações étnico-raciais. As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 tornaram obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena no currículo (Brasil, 2003, 2008a). A educação escolar quilombola não constitui modalidade ofertada pela unidade, mas seus princípios de valorização da memória, da identidade e da diversidade orientam o tratamento curricular dessas temáticas.

A organização dos momentos de estudo, da hora-atividade, dos Conselhos de Classe e das paradas pedagógicas observa o calendário escolar e as orientações da SEMED. A hora-atividade, cuja reserva de, no mínimo, um terço da jornada docente para atividades extraclasse decorre da Lei nº 11.738/2008 (Brasil, 2008b), destina-se ao planejamento, ao estudo e à preparação das intervenções pedagógicas. Os Conselhos de Classe e as paradas pedagógicas constituem espaços de análise coletiva das aprendizagens e de definição de encaminhamentos; a sistematização de seus registros e a articulação com os grupos de estudos.

Quanto à prevenção de acidentes, de bullying, de assédio moral e de outras condutas que ferem a integridade de profissionais e estudantes, a unidade dispõe de câmeras de monitoramento e de interfone com câmera, descritos na Dimensão Administrativa, e conta com a mediação dos profissionais no cotidiano escolar. A Lei nº 13.185/2015 atribui às escolas o dever de assegurar medidas de conscientização, prevenção e combate à intimidação sistemática (Brasil, 2015b), e a Lei nº 13.722/2018 torna obrigatória a capacitação de professores e funcionários em noções básicas de primeiros socorros (Brasil, 2018a). A sistematização de protocolos de registro e encaminhamento de ocorrências, a orientação sobre segurança nos espaços e a abordagem preventiva do assédio moral nas relações profissionais constituem aspectos a fortalecer.

5.5 Dimensão Administrativa

A organização administrativa compreende secretaria escolar, registros acadêmicos, documentação institucional, calendário, gestão de pessoal, acompanhamento da frequência e preservação do patrimônio. Segundo o levantamento de 2026, a escola conta com 28 servidores distribuídos entre docência, gestão, apoio pedagógico, alimentação, assistência educacional e serviços gerais. Os sistemas de registro, a comunicação entre setores, os encaminhamentos à SEMED e a delimitação das responsabilidades são componentes do cotidiano institucional.

A infraestrutura dispõe de câmeras de monitoramento e interfone com câmera, conforme informado no plano apresentado. A organização da entrada e da circulação, o registro de ocorrências e as condições de manutenção compõem aspectos de atenção administrativa. Os procedimentos do i-Diário e de acompanhamento

pedagógico demandam articulação entre administração, docentes e equipe pedagógica, preservando o sigilo das informações pessoais.

5.6 Dimensão Financeira

A Escola Básica Municipal São Francisco é mantida pela Prefeitura Municipal de Rodeio, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Além do apoio da mantenedora, a unidade conta com recursos federais, como os provenientes do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e com valores arrecadados pela Associação de Pais e Professores (APP), mediante doações voluntárias e atividades promovidas com a comunidade escolar. O repasse do PDDE observa critérios do programa, entre eles os dados de matrícula declarados no Censo Escolar, e contempla recursos de custeio, destinados a despesas correntes, e de capital, voltados à aquisição de bens permanentes, conforme as regras vigentes.

A APP também mobiliza a participação das famílias na arrecadação de recursos, especialmente por meio de rifas, com colaboração na obtenção de brindes e produtos e na venda dos bilhetes. No evento "Família na Escola", a comercialização de pastéis, guloseimas e outros alimentos integra essas iniciativas. Conforme as informações institucionais disponíveis, os valores obtidos auxiliam no pagamento dos serviços de contabilidade da APP, na aquisição de materiais para propostas pedagógicas e no atendimento de necessidades pontuais da escola, respeitadas as finalidades de cada fonte de recurso. A utilização desses valores requer registros de receitas e despesas, decisões das instâncias competentes e prestação de contas. Não foram apresentados balanços financeiros consolidados que permitam quantificar essas arrecadações.

5.7 Dimensão Física

A unidade funciona, em caráter provisório conforme o histórico institucional, nas instalações do bairro Rodeio 50. A unidade dispõe de uma estrutura física composta por cinco salas de aula climatizadas destinadas ao Ensino Fundamental, secretaria/sala de direção; sala de professores (espaço para planejamento, reuniões e coordenação pedagógica), além de ambiente destinado ao café e lanche dos profissionais. Conta também com laboratório de informática equipado com 15

notebooks, biblioteca, sala pequena para fantasias e livros, depósito para materiais de Educação Física, sala pequena para guardar materiais (TNT, papel pardo, tinta guache e outras caixas), cozinha, refeitório, área de lavação e banheiros femininos e masculinos, incluindo um banheiro adaptado. Entre os espaços externos, destacam-se o parque infantil, a horta escolar, o bosque e a quadra de atividades ao ar livre. O bosque e a horta oferecem possibilidades para o desenvolvimento de práticas pedagógicas interdisciplinares, envolvendo leitura, observação, investigação científica, arte e educação ambiental, contribuindo para a ampliação das experiências de aprendizagem dos estudantes.

Entre as condições que exigem atenção estão a distribuição do mobiliário, a organização das estantes e dos materiais da biblioteca, as necessidades de manutenção e a funcionalidade dos espaços pedagógicos e de apoio. A quadra de atividades ao ar livre tem seu uso condicionado às condições climáticas; o plano originalmente entregue informa que existe projeto de cobertura aprovado, cuja etapa administrativa e execução dependem da mantenedora.

Há desníveis e degraus nas entradas de salas de aula que podem comprometer a circulação autônoma de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. A área de lavação conta com máquina de lavar e armários, mas apresenta necessidades de organização dos materiais, tanque e espaço apropriado para secagem. A definição de soluções arquitetônicas e de manutenção depende de avaliação técnica e das normas de segurança e acessibilidade aplicáveis.

5.8 Outras considerações

A leitura conjunta dos documentos evidencia vínculos comunitários, diversidade sociocultural, compromisso com a aprendizagem e desafios relativos à inclusão, à organização dos ambientes, à articulação com a rede de proteção e à sistematização do acompanhamento educacional. O diagnóstico constitui a referência para as metas descritas a seguir, sem confundir a situação encontrada com ações propostas.

6 METAS

O Quadro 7 apresenta as metas definidas a partir do diagnóstico, distribuídas nas dimensões pedagógica, administrativa, financeira e democrática previstas no Edital SEMED nº 04/2026.

Quadro 7 – Metas do Plano de Gestão Escolar 2027–2029

1º	Fortalecer a gestão democrática e a participação institucional
2º	Fortalecer o monitoramento das aprendizagens
3º	Fortalecer a alfabetização, a leitura, a escrita e a matemática
4º	Fortalecer a educação inclusiva, o PEI/PDI e a organização de ambientes pedagógicos adaptáveis
5º	Fortalecer a parceria entre escola e família
6º	Promover a cultura de paz e prevenir o bullying
7º	Ampliar o protagonismo estudantil e a cidadania
8º	Fortalecer a investigação científica, a leitura, a cultura, a arte e o esporte
9º	Integrar a educação digital e o pensamento computacional às práticas pedagógicas de maneira interdisciplinar
10º	Fortalecer o trabalho coletivo, os grupos de estudos e a valorização dos profissionais da unidade escolar
11º	Aprimorar a organização administrativa e os fluxos de comunicação
12º	Fortalecer o planejamento financeiro e a transparência
13º	Organizar e qualificar ambientes e materiais para o trabalho escolar
14º	Fortalecer a sustentabilidade e a educação ambiental com uso do bosque
15º	Valorizar a diversidade, as relações étnico-raciais e a identidade local
16º	Fortalecer a segurança e a proteção da comunidade escolar
17º	Acompanhar a implementação do projeto de cobertura da quadra de atividades ao ar livre
18º	Promover a acessibilidade arquitetônica e eliminar barreiras físicas no ambiente escolar

7 AÇÕES PARA CADA META

Os Quadros 8 a 25 detalham as ações de cada meta, conforme os campos previstos no Anexo III do Edital SEMED nº 04/2026.

7.1 Meta 1 – Fortalecer a gestão democrática e a participação institucional

Quadro 8 – Ações da Meta 1

Dimensão	Democrática
META Nº	1
Ação	1.1 Organizar calendário de reuniões com Conselho Escolar e APP. 1.2 Registrar pautas, atas e encaminhamentos. 1.3 Disponibilizar devolutivas das decisões. 1.4 Realizar consultas às famílias e escutas adequadas à faixa etária dos estudantes. 1.5 Promover revisão e validação participativa do PPP.
Objetivos específicos	Ampliar a participação efetiva e documentada da comunidade nas decisões escolares.
Início	2027
Fim	2029
Público-alvo	Comunidade escolar
Recurso	Atas, canais institucionais, PPP e espaços de reunião
Responsáveis pela ação	Gestão, Conselho Escolar, APP, equipe escolar

7.2 Meta 2 – Fortalecer o monitoramento das aprendizagens

Quadro 9 – Ações da Meta 2

Dimensão	Pedagógica
META Nº	2
Ação	2.1 Definir rotinas de avaliações diagnósticas e formativas. 2.2 Sistematizar resultados por habilidade e turma. 2.3 Analisar Saeb, SEAESC/Alfabetiza SC e demais avaliações aplicáveis quando disponíveis. 2.4 Realizar Conselhos de Classe e reuniões de análise. 2.5 Registrar intervenções e reavaliar aprendizagens. 2.6 Compartilhar devolutivas com as famílias.
Objetivos específicos	Acompanhar as habilidades desenvolvidas e as necessidades de intervenção em cada etapa escolar.
Início	2027
Fim	2029
Público-alvo	Estudantes e professores
Recurso	Instrumentos de avaliação, i-Diário e relatórios oficiais
Responsáveis pela ação	Equipe pedagógica, professores e gestão

7.3 Meta 3 – Fortalecer a alfabetização, a leitura, a escrita e a matemática

Quadro 10 – Ações da Meta 3

Dimensão	Pedagógica
META Nº	3
Ação	3.1 Planejar sequências de alfabetização e letramento. 3.2 Fortalecer práticas de leitura, produção textual e resolução de problemas. 3.3 Oferecer recuperação paralela e agrupamentos flexíveis quando necessários. 3.4 Articular materiais concretos, biblioteca e projetos. 3.5 Acompanhar a implantação das apostilas SIM–FTD de acordo com orientações da SEMED, sem substituir o planejamento segundo PPP, BNCC e currículo catarinense.
Objetivos específicos	Consolidar aprendizagens essenciais nos anos iniciais com equidade e contextualização curricular.
Início	2027
Fim	2029
Público-alvo	Estudantes do 1º ao 5º ano
Recurso	Livros, materiais manipuláveis, registros e materiais SIM–FTD disponíveis
Responsáveis pela ação	Professores, equipe pedagógica, gestão e SEMED

7.4 Meta 4 – Fortalecer a educação inclusiva, o acompanhamento pelo PEI/PDI e a organização de estruturas e ambientes pedagógicos adaptáveis

Quadro 11 – Ações da Meta 4

Dimensão	Pedagógica
META Nº	4
Ação	4.1 Promover o planejamento colaborativo entre professores, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e equipe pedagógica. 4.2 Elaborar, acompanhar e revisar o Plano Educacional Individualizado (PEI) e/ou Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), conforme as necessidades de cada estudante e as orientações da rede. 4.3 Organizar a estrutura pedagógica e ambientes adaptáveis, com disposição flexível do mobiliário, espaços de trabalho acessíveis, materiais e recursos de comunicação alternativa e tecnologias assistivas quando necessários. 4.4 Adequar atividades, estratégias de ensino e instrumentos de avaliação, inclusive na utilização do Sistema SIM–FTD. 4.5 Realizar registros periódicos de avanços e necessidades, dialogando com famílias e serviços especializados. Encaminhar demandas de obras e de acessibilidade arquitetônica à Meta 18.
Objetivos específicos	Garantir planejamento pedagógico individualizado, estratégias inclusivas e organização de estruturas e ambientes adaptáveis que favoreçam a participação, a autonomia e a aprendizagem dos estudantes.
Início	2027
Fim	2029
Público-alvo	Estudantes que necessitem de adequações pedagógicas, suas famílias e profissionais da escola
Recurso	PEI/PDI, materiais pedagógicos adaptados, tecnologias assistivas, mobiliário ajustável e recursos disponíveis na rede
Responsáveis pela ação	Gestão, professores, AEE, equipe pedagógica e SEMED, conforme atribuições

7.5 Meta 5 – Fortalecer a parceria entre escola e família

Quadro 12 – Ações da Meta 5

Dimensão	Democrática
META Nº	5
Ação	5.1 Desenvolver encontros do projeto "Família Presente, Escola Forte". 5.2 Organizar reuniões e oficinas de orientação. 5.3 Diversificar canais de comunicação. 5.4 Compartilhar avanços e dificuldades de aprendizagem com privacidade. 5.5 Promover participação das famílias em mostras, projetos e ações comunitárias.
Objetivos específicos	Fortalecer a parceria entre as famílias e a escola em benefício da aprendizagem.
Início	2027
Fim	2029
Público-alvo	Famílias e estudantes
Recurso	Espaços, materiais e comunicados institucionais
Responsáveis pela ação	Gestão, professores, APP e famílias

7.6 Meta 6 – Promover a cultura de paz e prevenir o bullying

Quadro 13 – Ações da Meta 6

Dimensão	Pedagógica
META Nº	6
Ação	6.1 Realizar rodas de conversa e projetos de convivência. 6.2 Pactuar combinados de turma. 6.3 Trabalhar empatia, respeito e resolução pacífica de conflitos. 6.4 Registrar e encaminhar ocorrências conforme protocolos. 6.5 Articular, quando necessário, atendimento à rede de proteção.
Objetivos específicos	Promover relações respeitosas e prevenir práticas de violência e intimidação sistemática.
Início	2027
Fim	2029
Público-alvo	Estudantes e profissionais
Recurso	Materiais educativos e protocolos institucionais
Responsáveis pela ação	Equipe escolar, gestão e rede de proteção

7.7 Meta 7 – Ampliar o protagonismo estudantil e a cidadania

Quadro 14 – Ações da Meta 7

Dimensão	Democrática
META Nº	7
Ação	7.1 Promover assembleias de turma apropriadas à idade. 7.2 Ouvir sugestões dos estudantes sobre convivência e projetos. 7.3 Atribuir responsabilidades coletivas orientadas. 7.4 Incentivar participação em ações solidárias, culturais e de preservação dos espaços.
Objetivos específicos	Estimular autonomia, cidadania, escuta e responsabilidade coletiva.
Início	2027
Fim	2029
Público-alvo	Estudantes
Recurso	Projetos, reuniões e materiais pedagógicos
Responsáveis pela ação	Professores, gestão e estudantes

7.8 Meta 8 – Fortalecer a investigação científica, a leitura, a cultura, a arte e o esporte

Quadro 15 – Ações da Meta 8

Dimensão	Pedagógica
META Nº	8
Ação	8.1 Eixo Ciências: fomentar práticas pedagógicas investigativas e experiências científicas interdisciplinares, incentivando a observação, a formulação de hipóteses, a experimentação segura, o registro das descobertas e a socialização dos conhecimentos em mostras e atividades escolares, valorizando o protagonismo dos estudantes e a utilização dos diferentes espaços educativos, incluindo o bosque escolar, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico (PPP), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Base do Território Catarinense (CBTC). 8.2 Eixo Leitura: organizar rodas e piqueniques literários, mediações de leitura, empréstimos de obras, produção de textos, contação de histórias e encontros com as famílias; acompanhar a participação leitora e articular projetos às habilidades de Língua Portuguesa. 8.3 Eixo Cultura, Arte e Esporte: desenvolver oficinas, apresentações, pesquisas sobre cultura local, jogos cooperativos e atividades corporais com participação inclusiva.
Objetivos específicos	Ampliar oportunidades diferenciadas de investigação, leitura literária, criação artística e práticas corporais.
Início	2027
Fim	2029
Público-alvo	Estudantes e comunidade escolar
Recurso	Acervo, biblioteca, diário de bordo, bosque, materiais de experiências e espaços de prática
Responsáveis pela ação	Gestão, professores, estudantes e famílias

7.9 Meta 9 – Integrar a educação digital e o pensamento computacional às práticas pedagógicas de maneira interdisciplinar

Quadro 16 – Ações da Meta 9

Dimensão	Pedagógica
META Nº	9
Ação	9.1 Integrar o pensamento computacional de maneira interdisciplinar, buscando o trabalho conjunto com os demais professores. 9.2 Construir atividades de decomposição de problemas, reconhecimento de padrões, sequências, algoritmos e resolução de problemas. 9.3 Articular propostas de Matemática, Língua Portuguesa, Ciências e outras áreas. 9.4 Utilizar atividades desplugadas e recursos digitais disponíveis com orientação de uso seguro.
Objetivos específicos	Desenvolver pensamento computacional em perspectiva interdisciplinar, com e sem tecnologia.
Início	2027
Fim	2029
Público-alvo	Estudantes e professores
Recurso	Sala de informática, materiais concretos e recursos digitais disponíveis
Responsáveis pela ação	Professores das diferentes áreas, equipe pedagógica e gestão

7.10 Meta 10 – Fortalecer o trabalho coletivo, os grupos de estudos e a valorização dos profissionais da unidade escolar

Quadro 17 – Ações da Meta 10

Dimensão	Pedagógica
META Nº	10
Ação	10.1 Organizar grupos de estudos internos, com encontros periódicos destinados à reflexão e à troca de experiências sobre práticas pedagógicas, inclusão, avaliação, aprendizagem e desafios do cotidiano escolar. 10.2 Promover espaços de diálogo e escuta entre os profissionais, acolhendo sugestões, necessidades e contribuições para o aprimoramento das atividades institucionais. 10.3 Incentivar a colaboração e a troca de conhecimentos entre os diferentes segmentos da equipe escolar, valorizando as experiências e as atribuições de cada profissional. 10.4 Desenvolver ações de reconhecimento e valorização dos profissionais da unidade escolar, destacando a importância de suas contribuições para o funcionamento da instituição, o bem-estar dos estudantes e a qualidade da educação. 10.5 Proporcionar momentos de integração e convivência entre os profissionais, fortalecendo o respeito mútuo, a cooperação, o sentimento de pertencimento e as relações interpessoais. 10.6 Valorizar conquistas coletivas e datas significativas, por meio de iniciativas simbólicas de reconhecimento e agradecimento pelo trabalho desenvolvido na instituição. 10.7 Incentivar a participação dos profissionais nas discussões e decisões relacionadas à organização dos espaços, às rotinas e às necessidades da unidade escolar, respeitando as atribuições de cada função. 10.8 Fortalecer um ambiente institucional pautado na ética, no acolhimento, na empatia, na responsabilidade compartilhada e na valorização humana.
Objetivos específicos	Promover a valorização dos profissionais da unidade escolar, fortalecendo o trabalho colaborativo, a escuta, o reconhecimento das diferentes funções e a construção coletiva de conhecimentos, por meio de grupos de estudos e espaços de integração.
Início	2027
Fim	2029
Público-alvo	Profissionais da escola
Recurso	Espaços escolares, materiais de estudo, documentos institucionais e recursos disponíveis na unidade.
Responsáveis pela ação	Gestão, equipe pedagógica e participantes

7.11 Meta 11 – Aprimorar a organização administrativa e os fluxos de comunicação

Quadro 18 – Ações da Meta 11

Dimensão	Administrativa
META Nº	11
Ação	11.1 Mapear os fluxos de matrícula, documentação, atendimento, frequência e encaminhamentos. 11.2 Definir responsáveis e formas de registro por atividade. 11.3 Organizar calendário institucional compartilhado. 11.4 Padronizar comunicados e protocolos de atendimento. 11.5 Manter registros de solicitações, prazos e retornos. 11.6 Promover reuniões de alinhamento entre gestão, secretaria e equipe pedagógica. 11.7 Revisar periodicamente os procedimentos com base nas dificuldades identificadas.
Objetivos específicos	Tornar mais claros e eficientes os procedimentos e a comunicação institucional.
Início	2027
Fim	2029
Público-alvo	Profissionais e comunidade escolar
Recurso	Documentos, sistemas escolares e canais institucionais
Responsáveis pela ação	Gestão, secretaria escolar e equipe pedagógica

7.12 Meta 12 – Fortalecer o planejamento financeiro e a transparência

Quadro 19 – Ações da Meta 12

Dimensão	Financeira
META Nº	12
Ação	12.1 Levantar necessidades por critérios pedagógicos e de manutenção. 12.2 Elaborar quadro de prioridades com APP e instâncias competentes. 12.3 Acompanhar repasses e destinações vinculadas. 12.4 Registrar receitas e despesas das ações voluntárias de arrecadação, inclusive rifas e venda de alimentos no evento "Família na Escola". 12.5 Documentar pagamentos de contabilidade e aquisições pedagógicas. 12.6 Apresentar prestações de contas conforme as normas e competências aplicáveis.
Objetivos específicos	Organizar a previsão, aplicação, registro e publicidade dos recursos de forma responsável.
Início	2027
Fim	2029
Público-alvo	Comunidade escolar
Recurso	Planilhas, documentos fiscais, atas e registros da APP
Responsáveis pela ação	Gestão, APP, Conselho Escolar e SEMED, conforme atribuições

7.13 Meta 13 – Organizar e qualificar ambientes e materiais para o trabalho escolar

Quadro 20 – Ações da Meta 13

Dimensão	Administrativa
META Nº	13
Ação	13.1 Realizar levantamento por ambiente de mobiliário, acervo, armazenamento e necessidades de manutenção. 13.2 Reorganizar estantes da biblioteca e locais de trabalho com critérios de segurança e acessibilidade. 13.3 Ordenar o espaço dos profissionais. 13.4 Solicitar avaliação técnica para instalar tanque e varal adequados na área de lavação. 13.5 Definir organização segura de panos, caixas e produtos. 13.6 Encaminhar às áreas competentes demandas de manutenção, documentando prioridades e execução. Estudos de novos ambientes pedagógicos ficam condicionados à viabilidade da sede atual e da mantenedora.
Objetivos específicos	Melhorar a funcionalidade e a organização de ambientes e materiais de uso pedagógico e de apoio.
Início	2027
Fim	2029
Público-alvo	Estudantes e profissionais
Recurso	Mobiliário, acervo, equipamentos e recursos autorizados
Responsáveis pela ação	Gestão, SEMED, manutenção e equipe escolar

7.14 Meta 14 – Fortalecer a sustentabilidade e a educação ambiental com uso do bosque

Quadro 21 – Ações da Meta 14

Dimensão	Pedagógica
META Nº	14
Ação	14.1 Desenvolver projetos de observação da natureza, leitura, registros científicos, arte e estudo do território. 14.2 Incentivar iniciativas de redução de resíduos e uso consciente dos recursos naturais. 14.3 Promover atividades de preservação e valorização do bosque e da horta escolar, integrando práticas de cultivo, cuidados com o solo, alimentação saudável e educação ambiental, de maneira interdisciplinar, articuladas aos componentes curriculares de Ciências da Natureza, Geografia e demais áreas do conhecimento.
Objetivos específicos	Fortalecer o cuidado ambiental e a utilização pedagógica responsável do bosque escolar.
Início	2027
Fim	2029
Público-alvo	Estudantes e comunidade
Recurso	Bosque, livros e materiais de observação
Responsáveis pela ação	Professores, estudantes e gestão

7.15 Meta 15 – Valorizar a diversidade, as relações étnico-raciais e a identidade local

Quadro 22 – Ações da Meta 15

Dimensão	Pedagógica
META Nº	15
Ação	15.1 Desenvolver pesquisas sobre a memória escolar, a história de Rodeio e as experiências das famílias. 15.2 Realizar estudos e atividades relativos à história e à cultura afro-brasileira, africana e indígena. 15.3 Organizar produções, exposições e projetos que promovam respeito às diferenças. 15.4 Evitar estereótipos e garantir participação de todos os estudantes.
Objetivos específicos	Reconhecer a diversidade e valorizar a história da escola, da comunidade e das diferentes matrizes culturais.
Início	2027
Fim	2029
Público-alvo	Estudantes, famílias e comunidade
Recurso	Fontes históricas, livros, fotografias e materiais pedagógicos
Responsáveis pela ação	Professores, gestão e comunidade

7.16 Meta 16 – Fortalecer a segurança e a proteção da comunidade escolar

Quadro 23 – Ações da Meta 16

Dimensão	Administrativa
META Nº	16
Ação	16.1 Verificar periodicamente as câmeras e o interfone com câmera existentes. 16.2 Registrar demandas de manutenção. 16.3 Rever procedimentos de entrada e saída e circulação. 16.4 Atualizar contatos e fluxos de comunicação em emergências. 16.5 Identificar riscos no espaço escolar. 16.6 Articular orientações, sinalização e medidas preventivas com SEMED, Defesa Civil e setores competentes. 16.7 Realizar orientações e simulações quando cabíveis e autorizadas.
Objetivos específicos	Reforçar os procedimentos preventivos de segurança escolar e de proteção de pessoas.
Início	2027
Fim	2029
Público-alvo	Comunidade escolar e visitantes
Recurso	Equipamentos existentes, registros e apoio técnico
Responsáveis pela ação	Gestão, SEMED e órgãos competentes

7.17 Meta 17 – Acompanhar a implementação do projeto de cobertura da quadra de atividades ao ar livre

Quadro 24 – Ações da Meta 17

Dimensão	Administrativa
META Nº	17
Ação	17.1 Solicitar à SEMED informações sobre as etapas e o cronograma do projeto aprovado. 17.2 Registrar demandas de uso pedagógico e segurança. 17.3 Acompanhar encaminhamentos técnicos e administrativos sob competência municipal. 17.4 Preparar, junto aos professores, possibilidades de utilização do espaço caso a cobertura seja executada. A execução depende de decisões, autorização e recursos da mantenedora.
Objetivos específicos	Acompanhar institucionalmente as providências necessárias à cobertura da quadra de atividades ao ar livre.
Início	2027
Fim	2029
Público-alvo	Estudantes e profissionais
Recurso	Projeto aprovado, registros e recursos municipais
Responsáveis pela ação	Gestão, SEMED e setores técnicos

7.18 Meta 18 – Promover a acessibilidade arquitetônica e eliminar barreiras físicas no ambiente escolar

Quadro 25 – Ações da Meta 18

Dimensão	Administrativa
META Nº	18
Ação	18.1 Realizar levantamento das barreiras arquitetônicas existentes, especialmente degraus nas entradas das salas de aula, desníveis, rotas de circulação e acessos. 18.2 Registrar as necessidades prioritárias. 18.3 Solicitar à SEMED e aos setores técnicos competentes avaliação, projeto e providências para implantação de rampas, adequação de desníveis e outras soluções acessíveis, conforme normas vigentes. 18.4 Acompanhar os encaminhamentos, as intervenções autorizadas e as condições de segurança, com prioridade para barreiras que impeçam o acesso. Articular essas medidas às necessidades identificadas no acompanhamento inclusivo da Meta 4.
Objetivos específicos	Eliminar progressivamente as barreiras arquitetônicas, assegurando acesso, circulação, autonomia e segurança a estudantes, profissionais, famílias e visitantes com deficiência ou mobilidade reduzida.
Início	2027
Fim	2029
Público-alvo	Estudantes, profissionais, famílias e visitantes
Recurso	Levantamento de barreiras, avaliação e projetos técnicos, materiais e recursos disponibilizados pela mantenedora
Responsáveis pela ação	Gestão escolar, SEMED, administração municipal e setores técnicos competentes

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Gestão Escolar 2027–2029 apresenta uma proposta construída a partir da identidade histórica da Escola Básica Municipal São Francisco, das condições descritas no diagnóstico e dos princípios da educação pública democrática, inclusiva e comprometida com a aprendizagem. Sua organização reconhece o trabalho acumulado pelos profissionais, pelas famílias e pela comunidade, sem atribuir conquistas institucionais a uma atuação individual.

A articulação entre o PPP, a BNCC, o Currículo Base do Território Catarinense e as orientações da SEMED fundamenta o planejamento pedagógico, a avaliação processual, a análise dos resultados externos, o acompanhamento das aprendizagens e as intervenções destinadas a assegurar o direito de aprender. A inclusão, a acessibilidade e a escuta dos estudantes atravessam as dimensões da proposta e exigem colaboração permanente dos profissionais e dos órgãos competentes.

As metas explicitam encaminhamentos possíveis para participação democrática, desenvolvimento curricular, grupo de estudos, comunicação administrativa, organização financeira, segurança e qualificação dos espaços. O acompanhamento de cada ação deverá considerar registros, indicadores e avaliações periódicas, com transparência e respeito às competências legais da mantenedora e das instâncias escolares. O plano permanece passível de ajustes institucionais fundamentados nas necessidades verificadas e no diálogo com a comunidade. A Meta 18 permanece dedicada às adequações arquitetônicas, enquanto a Meta 4 contempla o PEI/PDI e a organização de ambientes pedagógicos adaptáveis.

Assim, a proposta reafirma o compromisso de cuidar das pessoas, fortalecer as aprendizagens e transformar a escola mediante trabalho coletivo, planejamento responsável e valorização da participação de cada estudante, profissional e família.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 nov. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13 nov. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 nov. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 13 nov. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 13 nov. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 13 nov. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 13 nov. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF: Presidência da República, 2015b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 13 nov. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018**. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Brasília, DF: Presidência da República, 2018b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13722.htm. Acesso em: 13 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 13 nov. 2026.

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO. **Projeto Político-Pedagógico**. Rodeio, SC: EBM São Francisco, 2025. Documento institucional.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

RODEIO (SC). **Lei nº 1.927, de 20 de novembro de 2014**. Estabelece o novo Sistema Municipal de Ensino do Município de Rodeio e dá outras providências. Rodeio, SC: Prefeitura Municipal, 2014.

RODEIO (SC). Secretaria Municipal de Educação. **Edital SEMED nº 04/2026**: processo de qualificação – diretor de creche/escola. Rodeio, SC: SEMED, 2026.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis: SED, 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.